

# RELAÇÕES SOCIAIS “DÁ/ E NA” FÁBRICA DE TECIDOS DO BIRIBIRY EM DIAMANTINA/MG: UMA PARTE DA HISTÓRIA DAS MULHERES OPERÁRIAS

BORGES, Kátia Franciele Corrêa\*

## Resumo:

O presente artigo tem como objetivo analisar a história das operárias que atuaram na Fábrica de Tecidos de Biribiri - Diamantina/MG. Parte-se da concepção de que relações de gênero e de trabalho estabelecidas nesta fábrica teriam como propósito o desenvolvimento econômico regional. Ele se divide em três partes: na primeira, aborda-se aspectos da Vila Operária e as práticas de controle lá estabelecidas. Na segunda, discute as relações de gênero procurando estabelecer um diálogo entre autores (as) contemporâneos (as) e as fontes coletadas. Por fim, a terceira parte compreende as considerações finais. Para tanto, adota-se neste artigo uma abordagem qualitativa.

**Palavras-chave:** fábrica, disciplina, trabalho e gênero.

## SOCIAL RELATIONSHIPS “OF AND IN THE” TEXTILE INDUSTRY OF BIRIBIRI, DIAMANTINA/MG: A PART OF THE HISTORY OF WORKWOMEN

### Abstract:

The objective this work is analyse the history of workwomen which worked in Textile Industry of Biribiri – Diamantina/MG. The conception supposed is that relationships of gender and work were established in this industry like a purpose for the regional and economical development. It is divided in three parts. First, it explores aspects of Operária Ville and its practices of control. Second, it discusses the relationships of gender searching to establish a dialog between contemporary authors and collected resources. Finally, the third part includes the final considerations. Qualitative exploration is adopted in this work.

**Keywords:** industry, discipline, work and gender

**Área Temática:** 1. História Econômica e Demografia Histórica

---

\* Mestre em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes. Professora Assistente dos Cursos de Jornalismo e Serviço Social da Associação Educativa do Brasil (Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE).

## Introdução

“A história das mulheres encerra um paradoxo: ou ela se desenvolve na sombra, nas entrelinhas da história masculina, ou, ao contrário, ganha focos de luz que a torna objeto de uma análise específica que não a incorpora aos estudos históricos mais gerais” (VENÂNCIO, 2011, p.177).

Este artigo tem como objetivo analisar a história das operárias que atuaram na Fábrica de Tecidos de Biribiri em Diamantina/MG. Almeja-se discutir *história das mulheres como protagonistas, não nas entrelinhas da história masculina*, conforme relatou o excerto acima. Busca-se descrever as relações sociais e de trabalho estabelecidas nesta fábrica ressaltando as formas de dominação e disciplinarização que visavam o desenvolvimento econômico.

Em Minas Gerais, nos períodos de 1907 a 1920 havia 77 indústrias, das quais, 39 delas pertenciam ao ramo de fiação, tecelagem e algodão. As primeiras indústrias têxteis em Minas Gerais datam do século XIX (CARDOSO, 1986). A Fábrica de Tecidos de Biribiri, conforme Machado Filho (1980, p.194) foi fundada pelo Bispo de Diamantina/MG, Dom João Antonio dos Santos e sua família, em 06 de janeiro de 1876. Esta fábrica situava-se a 12 km do centro urbano, “começou a funcionar com 20 teares, sob a direção da firma Santos & Cia”. Neste período, ela tinha “63 operários, sendo 36 moças, 18 meninos e 09 homens” e, tempos depois (primeiras décadas do século XX), ao passar por problemas financeiros, foi vendida “para empresa Irmãos Duarte S/A Têxtil Comercial, que, na época, tinha o nome de Duarte e Irmão” (ARMONIMO; NEVES, 2007, p.99/100).

Conforme Cardoso (1986, p.18) a industrialização promoveu uma transformação do contexto social, uma vez que, com ela, surgiu o assalariamento da força de trabalho que foi submetida a um trabalho intenso, incluindo a mão de obra de mulheres e crianças. Para a autora o “número de crianças e mulheres empregadas foi relevante nas atividades que não exigiam qualificação ou força muscular, mas apenas agilidade e atenção, como era o caso dos teares”. Ao que tudo indica, isto poderia justificar a quantidade superior de mulheres e crianças no início do funcionamento da Fábrica de Tecidos de Biribiri.

Outro ponto que poderia justificar também esta quantidade superior de mulheres, nesta fábrica, poderia ser o fato de que parte delas, conforme aborda Martins e Martins (1993), eram moças órfãs, de origem pobre e algumas não pagantes do internato Colégio Nossa Senhora das Dores (CNSD)<sup>1</sup> e, após o fim dos estudos, seriam direcionadas para o trabalho na Fábrica de Tecidos de Biribiri. De acordo com Cardoso as indústrias têxteis de Minas Gerais do final do século XIX e início do século XX recorriam aos orfanatos e às casas de caridade visando “o aproveitamento do indivíduo que, de certa forma, estavam disciplinados para o mundo do trabalho” (CARDOSO, 1986, p.21).

Diante disso, após levantamentos de fontes impressas e escritas<sup>2</sup>, percebeu-se que a história das operárias que atuaram na Fábrica de Tecidos de Biribiri em Diamantina/MG,

<sup>1</sup> De acordo com Martins e Martins (1993, p.12) “o Colégio Nossa Senhora das Dores foi um educandário católico fundado pelo Bispo Dom João Antonio dos Santos em 1866”. Seu objetivo almejava a educação das mulheres da elite mineira e moças órfãs desprovidas de recursos. Conforme Muniz (2003, p.195) a presença de órfãs/não pagantes neste colégio “foi relativamente pouco expressiva em termos numéricos [...] não representando, portanto, séria ameaça a caracterização como instituições de ensino voltadas para as jovens da elite mineira.

<sup>2</sup> Livros, cadernos de missa, fichas de funcionários (períodos de 1920 a 1930, etc. Todos listados no final deste artigo no item “Fontes”.

foi contada *nas sombras da história masculina*. Ou seja, ora elas foram escolhidas porque seriam *pobres meninas órfãs*, que além de um emprego para manter suas subsistências, precisariam de um lugar para morar (neste caso no pensionato para moças da Vila Operária). Todavia, as fontes que tivemos acesso indicam que nos períodos de 1920 a 1940 cerca de 200 operárias foram admitidas pela Fábrica de Tecidos de Biribiri. Seleccionamos como amostragem para este artigo 14 fichas de operárias, das quais pode-se constatar que as trabalhadoras não se resumiam apenas a ex- alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores. Elas vinham de lugares do entorno da zona rural de Diamantina/MG como: Pinheiro, Inhahy, Curumatahy, Extração, Couto Magalhães, entre outros. Isto possibilitou a hipótese de que as operárias que atuaram na Fábrica de Tecidos de Biribiri eram, em sua maioria, provenientes de famílias de agregados das fazendas locais.

Observou-se ainda que das quatorze fichas analisadas, oito mulheres ocupavam os cargos de “Tecerãs”. Enquanto, seis o cargo de “Operárias da Fiação”. Ainda constatamos que duas delas foram admitidas como “Operárias da Fiação” e depois foram promovidas ao cargo de “Tecerãs”. Contudo, percebe-se que mesmo o trabalho feminino sendo considerado pelos industriais têxteis, conforme informou Cardoso (1986), *um trabalho pouco qualificado ou uma extensão do trabalho doméstico*, as operárias de Biribiri movimentavam a economia local e seu trabalho possibilitou o desenvolvimento da indústria têxtil em Diamantina/MG. Mas o que levariam os industriais a contratar mulheres com poucas qualificações? Parte-se assim do pressuposto de que elas seriam mais fácil disciplinar e controlar do que os homens. Ou seja, seriam *corpos dóceis e úteis* a serviço do progresso capitalista (FOUCAULT, 1987).

O Brasil, no período de 1859 a 1959, passou por um período denominado de *Romanização do catolicismo*. Neste período notou-se a presença de um público maior de mulheres no espaço religioso (BORGES, 2013). Daí doutriná-las na disciplina emergente do mundo do trabalho não seria difícil, já que conforme Foucault (1987) o exemplo de disciplina que se desenvolveu nas fábricas baseou-se no exemplo disciplinar das ordens monásticas.

Este artigo se divide em três partes: na primeira parte-se do pressuposto de que a Vila operária se constituiu nos moldes de um *panóptico foucaultiano*. Para Foucault (1987) este tipo de dispositivo permite o controle e a vigilância constante do espaço desejado visando evitar motins, conluios, indisciplinas e desrespeitos às normas estabelecidas. Assim, o *panóptico* se tornou um instrumento disciplinar de coação. Na segunda, aborda-se sobre as trabalhadoras da Fábrica de Tecidos do Biribiri e as relações de gênero onde busca-se estabelecer um diálogo entre autores (as) contemporâneos (as) e as fontes coletadas. Desse modo, apresenta-se uma amostra do perfil das operárias relacionando-as com o conceito do gênero. Nota-se assim, que o gênero seria uma categoria de análise compreendida como uma construção de papéis sociais, conforme assegurou Beauvoir (2009), e, na Fábrica de Tecidos do Biribiri, pode-se compreendê-lo através do trabalho feminino. Por fim, a terceira parte compreende as considerações finais onde se busca uma compreensão parcial dos dados apresentados neste artigo, pois esta pesquisa ainda se encontra em andamento. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa.

## Vila Operária: o *Panóptico* foucaultiano?

Quarta feira, 17 de maio de 1889

Chegamos hoje a Biribiri, onde passamos três dias de gozo completo. Eu não teria pressa de ir para o céu se morasse no Biribiri. Não acredito que no céu se possa ter melhor vida do que ali. Quando eu volto de lá fico com o lugar e as pessoas na cabeça muito tempo. Estivemos conversando na mesa sobre a felicidade que Dona Mariana e o Major Antonio Felício conseguiram na terra. Eles são os donos da fábrica e a família toda é empregada ali. Matam boi de manhã e os pedaços melhores vão para as casas dos filhos e a casa-grande, que é onde mora Dona Mariana. *O resto vai para o pessoal da fábrica.* O lugar é lindíssimo. A casa-grande de Dona Mariana é cercada de árvores frondosas. Ela vive com a casa sempre cheia de hospedes e todos muito bem tratados. A mesa é muito grande e cheia de comidas. Senhor Bispo fica na cabeceira de cabeça baixa e Guily pondo as coisas no prato dele. Ele não conversa nem pede nada. Nos outros lugares ficam a família e os hospedes. *De noite as moças da fábrica brincam de roda e de tudo que querem. O lugar onde elas dormem é uma casa comprida chamada de Convento [...]* (MORLEY, 1998, p.54/55 - grifos nossos).

O texto acima relata sobre a Vila Operária do Biribiri (hoje Parque Estadual de Preservação Ambiental<sup>3</sup>). Quando escreveu este texto, Helena Morley tinha 14 anos, na realidade seu relato faz parte de uma série de textos que ela escreveu nas páginas do seu diário, e que, mais tarde, quando já adulta, transformou no livro intitulado “Minha vida de menina”. Embora possa ser classificado como um texto literário, a autora informa-nos detalhes do lugar que parecem, à primeira vista, detalhes superficiais, mas que demonstram aspectos das relações de trabalho que ali se desenvolveu.

John D. French, ao pesquisar sobre: *As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social no Brasil moderno, argumentou* que “os legados da escravidão africana incluem noções bem estabelecidas sobre o exercício legitimado da autoridade, hierarquias de *status* profundamente arraigadas e modelos de governança que mantiveram sua influência mesmo após seu fim” (FRENCH,2006,p.78). No excerto que abre esta sessão Morley apresenta exemplos de continuidades das dicotomias apresentadas por French, como: imaginário da casa grande (como moradia dos donos da fábrica), a parte do boi que é destinada aos empregados da fábrica que seria “o resto” e o lugar onde “Senhor Bispo” se assentava na mesa do jantar (“na cabeceira”).

O “Senhor Bispo”, a quem a autora se refere, é Dom João Antonio dos Santos que fundou junto com sua família a Fábrica de Tecidos de Biribiri. Conforme o pesquisador Antonio Carlos Fernandes, Dom João Antonio dos Santos empreendeu em Diamantina uma forte campanha abolicionista reduzindo a população escrava “entre 1872 e 1887 de 8.005 cativos para 2.005, pelo livro de matrículas” (FERNANDES, 2005, p.109). Contudo, meio a este processo abolicionista veio também à preocupação com a *formação moral dos livres que naquele momento se encontravam ociosos*. Assim, fundou sociedades beneficentes de ajuda e os educandários: “o Ateneu São Vicente de Paulo, o Seminário Episcopal, o Colégio Nossa Senhora das Dores - CNSD”. Aos dois primeiros couberam a

<sup>3</sup> A Vila do Biribiri se situa a 12 km do centro urbano de Diamantina/MG, num lugar de difícil acesso cujo traslado de ir e vir diariamente era difícil, na época descrita por Morley. Dessa forma, às primeiras fábricas construíram Vilas operárias para garantir o controle do horário de trabalho dos funcionários. Conforme Machado Filho (1909;1980) o nome Biribiri significa em Tupi gurarani “buraco fundo”, era uma região que pertencia a família do Bispo Dom João Antonio dos Santos que fundou ali em 1876 uma fábrica de tecidos e em seu entorno uma Vila Operária.

educação masculina, enquanto o último a educação feminina (FERNANDES, 2005, p.111). O CNSD, no ano de 1876 foi privado da subvenção do governo imperial para manutenção de 60 órfãs recolhidas, as demais obras também sofreram cortes por parte do governo imperial. Isto fez com o que bispado buscasse fontes alternativas de renda. Entre estas fontes se destacou a fundação da Fábrica de Biribiri que além de gerar renda poderia gerar empregos para moças órfãs depois de cumprido o período de estudos no CNSD (FERNANDES, 2005). Assim, a Fábrica de Tecidos de Biribiri foi fundada, segundo a versão deste autor, com o propósito de *formar moralmente os ex escravos(as)* os denominados *livres*.

Nota-se, a partir do exposto acima, que a questão da configuração das relações de trabalho formou-se sob a égide do *controle social*. De acordo com Sidney Chalhoub:

O problema do controle social da classe trabalhadora compreende todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano, pois este controle se exerce desde a tentativa de disciplinarização rígida do tempo e espaço na situação de trabalho até o problema da normatização das relações pessoais ou familiares dos trabalhadores, passando também, pela vigilância contínua [...] (CHALHOUB 2001, P.51).

Outro ponto importante para a prática deste controle, descrito por Morley é o lugar de dormitório das moças que trabalhavam na fábrica “o Convento” que se situava na parte central da Vila Operária. De acordo com Michel Foucault “a fábrica parece claramente um convento, uma fortaleza, uma cidade fechada, o guardião só abrirá as portas à entrada dos operários e depois que soar o sino que anuncia o reinício do trabalho (FOLCAULT, 1987, p. 122). Ao que tudo indica o nome “Convento”, relaciona-se a disciplina de origem monástica que foi retomada pelo espaço fabril a partir do século XVIII. Disciplina esta, que se caracterizava pelo rigor do horário para cumprimento das tarefas (FOLCAULT, 1987).

Michele Perrot em: *História dos Quartos*, informou que, tal dormitório, denominado *Convento*, representou um espaço de doutrinação de moças, uma vez que, o alojamento para os operários nas Vilas Operárias “era um modo de atrair a mão de obra, fixá-la, discipliná-la, de fabricar o pequeno trabalhador infatigável” (PERROT, 2011, p.224). A autora ainda infere que a prática de oferecer dormitórios para os trabalhadores já existia também nas incipientes indústrias francesas e geralmente as habitações destinadas às moças eram chamadas de conventos ou internatos e as destinadas aos rapazes eram chamadas “*chambrées*”. Neste ponto, ela diferencia os tipos de liberdades presentes em tais dormitórios, como demonstra a citação a seguir:

As liberdades do dormitório masculino contrastam com o rigor dos “conventos da seda” de Lyon, implantados a partir de 1840, segundo o modelo americano de Lowell. Enquadram maciçamente (até 100 mil no apogeu do sistema) as moças do campo, empregadas desde os doze anos até o casamento nas fiações de seda e nas fábricas de tecidos. Elas trabalhavam 14 horas por dia, sob o controle de contramestras laicas, e vivem em internatos mantidos por religiosas de ordem criada expressamente para esse fim; à noite, dormem em dormitórios lotados, mas cada uma em uma cama, o que não acontece na aldeia nem em fábricas de menores dimensões. Em suma, a rudeza da vida rural nessa época tornava aceitáveis os internatos (PERROT, 2011, p.207).

A partir da análise de Perrot é possível fazer uma correlação com o contexto da Vila Operária da Fábrica de Tecidos do Biribiri. Para o memorialista Machado Filho (1980, p.194), a Fábrica de Tecidos de Biribiri tinha o objetivo de “beneficiar moças e meninos”.

João Madalena Neves, que nasceu em Biribiri, era filho de operários e também se tornou funcionário desta fábrica em 1941, em entrevista para Armonino e Neves relatou:

A fábrica era de fiação e tecelagem. A vida em Biribiri era uma maravilha. Tinha cerca de 200 meninas no pensionato e por volta de 28 casas de famílias. O pessoal gostava muito da missa de domingo e do baile ao sábado que começou depois que os Mascarenhas entraram. No tempo dos Duarte, era muito rígido: não podia ficar na rua depois das nove horas. À noite, entrava na fábrica o rodante. [...] Se você passava as nove horas na rua, ele vinha subindo devagarzinho e falava: 'Oh, já deu a hora de vocês irem embora!' Tinha que dormir mesmo. Quando era mais ou menos 20h30, a D. Maria Antonia Macedo e a D. Jacinta de Jesus, que tomavam conta do pensionato no tempo antigo, batiam uma campainha grande e percorriam o dormitório todo batendo a campainha. Então, todo mundo calava a boca. Cinco e meia da manhã, elas tornavam a decretar que batessem a campainha, e todo o mundo levantava, para às seis horas, tomar café e descer para a fábrica. As 09h20, era o almoço. Quando eram 10h, tornavam a tocar o sino outra vez, chamando as moças para voltar para a fábrica. Às 13h20, vinham tomar café. Às 14h, já estavam lá embaixo, tudo dentro da fábrica outra vez. Trabalhava e tal. Às 5 horas, soltava e pronto, encerrava<sup>4</sup> (ARMONINO e NEVES, 2007, p.101)

Como se observa, além do objetivo de *empregar meninas*, o ritmo de trabalho era uma média de 12 horas diárias conforme acontecia também na fábrica francesa mencionada por Perrot (2011). Outro ponto que assegura o controle e disciplina era a figura do *rodante*, uma espécie de *guarda noturno* responsável por fazer cumprir as regras naquela Vila Operária. E ainda as figuras das donas Maria Antonia Macedo e Jacinta de Jesus que administravam o pensionato e determinavam os horários de acordar e dormir das moças. Tais atitudes de controle e vigilância teriam o objetivo de disciplinar e vigiar os(as) operários(as) para garantir que eles/elas não atrasassem para o trabalho e assim não comprometessem a produtividade da fábrica.

Foulcaut (1987) ao analisar o *Panóptico* de Bentham<sup>5</sup> informa-nos que “o dispositivo *panóptico* organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente” (FOULCAUT, 1987, p.224). Ao que tudo indica o formato da Vila do Biribiri poderia se encaixar no formato deste dispositivo como mostrou a fala o ex-operário, citado acima, e, ainda como sugere a figura a seguir:

<sup>4</sup> João Madalena de Miranda, em entrevista concedida a Osias Ribeiro Neves, no dia 25/08/2006, em Diamantina (MG). Trecho retirado da obra “Tecendo Memórias: A história da Estamparia” escrito por Luciana Armomino e Osias Ribeiro Neves, página 101”

<sup>5</sup> Figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar (FOULCAUT, 1987, p.223).

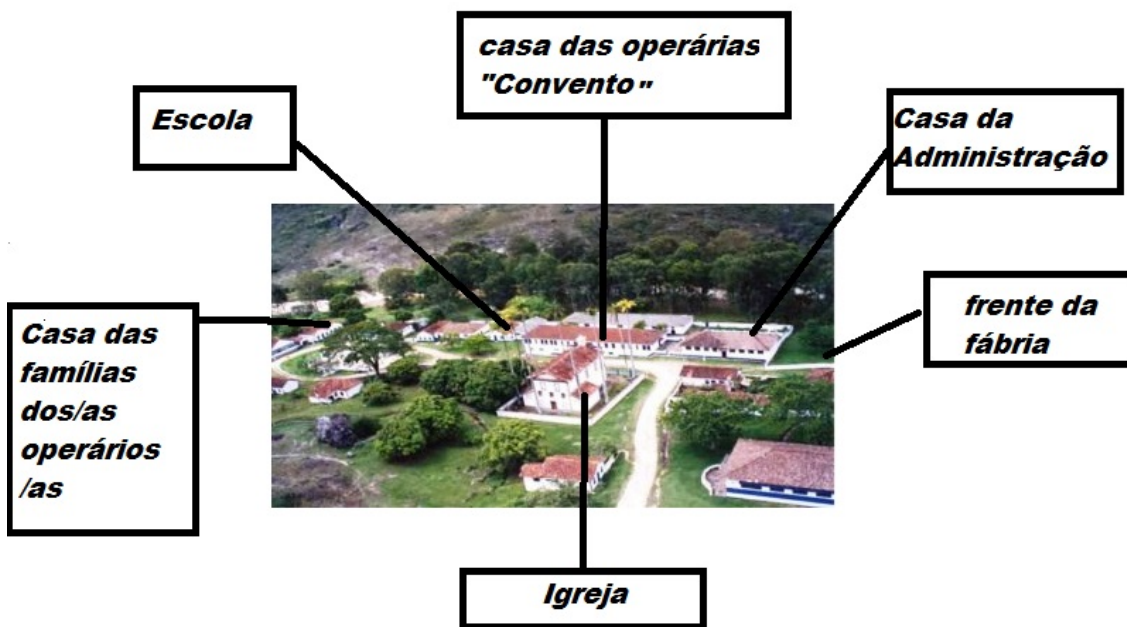


FIGURA 1: Vista da Vila da Fábrica do Biribiri  
 Fonte: Arquivo do Museu Alexandre Mascarenhas.

Na imagem acima podemos perceber um típico exemplo do *panopticon* focaultiano cujo portão principal da fábrica situava-se próximo à casa das operárias solteiras tendo à frente a Igreja, ao lado uma escola cujo entorno, ficavam as casas das famílias de operários ou operárias casados (as). Sobre isto, Giroletti (1991) nos informa-nos que:

As primeiras fábricas, para produzir a disciplina criaram vários espaços fechados superpostos aos quais os operários (e às vezes suas famílias) estavam simultânea e permanentemente submetidos. O primeiro, mais geral, era constituído por vilas operárias. Estas, regidas por regulamentos próprios, formavam o primeiro ambiente fechado, distinguindo operários dos não operários, moradores de não moradores. Os familiares eram obrigados a seguir as mesmas normas enquanto residissem ali. O ingressar e o permanecer na vila significava a adesão às regras de convivência estabelecidas. A inadimplência por uma razão ou outra, seria punida com o desligamento para que não ocorresse a “desmoralização” do lugar (GIROLETTI, 1991, p.141).

Assim, “a convivência com o mundo exterior era objeto de regulamentação própria. As moças viviam em regime de clausura. Ao saírem do Convento, ingressavam em outros espaços sociais fechados” (GIROLETTI, 1991, p.179).

Não obstante, Foucault (1987) infere que o dispositivo *Panóptico*:

permite em primeiro lugar — como efeito negativo — evitar aquelas massas compactas, fervilhantes, pululantes, que eram encontradas nos locais de encarceramento, os pintados por Goya ou descritos por Howard. Cada um, em seu lugar, está bem trancado em sua cela de onde é visto de frente pelo vigia; mas os muros laterais impedem que entre em contato com seus companheiros. É visto, mas não vê; objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação [...]. Se são operários, não há roubos, nem conluios, nada dessas distrações que

atrasam o trabalho, tornam-no menos perfeito ou provocam acidentes. A multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas. Do ponto de vista do guardião, é substituída por uma multiplicidade enumerável e controlável; do ponto de vista dos detentos, por uma solidão sequestrada e olhada (FOULCAUT, 1987, p.224).

Na Vila Operária do Biribiri a disciplina era definida por regulamentos e doutrinamentos que tinham o apoio da Igreja Católica que naquele período estava em pleno processo de *Romanização*<sup>6</sup>. No Convento de Biribiri encontramos cerca de 20 cadernos manuscritos, divididos em livros de orações e atas de reunião da “Associação das filhas de Maria da Santa Igreja do Biribiry”. Impressos e manuscritos estes que abordam o cotidiano e as obrigações religiosas das operárias como, por exemplo, as missas aos domingos ou as festividades religiosas. Ao que tudo indica, existia uma contribuição mensal denominada de “donativos das filhas de Maria”. Todas as integrantes deveriam contribuir. A importância coletada iria para “compras de renda para uma toalha do altar de Nossa Senhora, para uma missa de aniversário do monsenhor Levi, para aquisição de fitas e medalhas, entre outros” (CADERNO DE CAIXA DA ASSOCIAÇÃO FILHAS DE MARIA DA SANTA IGREJA DO BIRIBIRY, 1941).

Foulcaut (1987, p.119) afirmava que “a disciplina é uma autonomia do detalhe [...] todo detalhe é importante”. Assim a disciplina fabril segundo este autor almejava corpos submissos, exercitados e dóceis. As relações de poder formuladas neste espaço buscavam dominar a força de trabalho. Na Vila do Biribiri os livros de oração, os cadernos de missa e de caixa, assim como também, o relato da Helena Morley (citado no início desta sessão) ou, ainda, a entrevista do ex-operário, entre outros pontos que foram abordados até aqui são detalhes que representam o movimento do controle empreendido pelos administradores da fábrica de tecidos, desde a sua fundação (1876) até as décadas de 1920 e 1940. Tais detalhes nos conduzem a crer que se tratou de uma fábrica que adotou o dispositivo do *panóptico* visando o controle e a submissão das massas para gerar a denominada *mais valia*.

### **As trabalhadoras do Biribiri e as relações de gênero**

De acordo com o historiador Peter Burke (1937; 2012), com exceção dos períodos da História Demográfica, muitos esquemas de periodização:

...foram criados sem levar em conta as mulheres. Estas foram descritas como virtualmente ‘invisíveis’ para os historiadores profissionais (eles mesmos, em sua

---

<sup>6</sup> No início do XIX a Igreja Católica se encontrava diante de dois impasses que poderiam colocar em risco sua hegemonia no Ocidente. De um lado as práticas culturais religiosas desenvolvidas na América Latina, a partir da colonização, caracterizadas por credices populares e presença de diversas Irmandades. Tais práticas eram vistas pelo Vaticano como: superstição, ignorância religiosa e primitivismo cultural. De outro lado a Europa estava atravessando um processo de mudança cultural influenciada pelo *iluminismo* e pelo *materialismo filosófico*, que consequentemente gerou uma tendência à *laicização*, ao *desencantamento* e à *secularização*. Tais impasses precisariam ser combatidos. Para tanto a Igreja incentivou e fomentou uma série de ações que ficariam conhecidas como processo de *romanização do catolicismo*. No Brasil, durante o processo de Romanização do catolicismo, (XIX/XX) a Igreja Católica procurou ocupar todos os espaços sociais se impondo como grande empresa. Neste sentido, incentivou a criação de seminários; implementou o trabalho missionário e sua catequese; criou novas entidades religiosas sintonizadas com o Vaticano e interferiu nas entidades religiosas leigas, procurando regularizá-las com a Santa Sé, incentivou a formação de professoras (visando combater a “ignorância do povo brasileiro”) (BORGES, 2013,p.34/35).



grande maioria, homens, pelo menos até bem recentemente) no sentido de trabalho diário e sua influência política, em geral, foi subestimada, enquanto mobilidade social foi, via de regra, discutida apenas em termos masculinos (BURKE, 1937;2012, p.85).

Ao abordar sobre a Fábrica de Tecidos do Biribiri, Machado Filho (1980), Lemos (1999) e Fernandes (2005) descrevem as trabalhadoras como moças pobres que ali trabalhavam para ajudar no sustento das suas famílias. Isto demonstra aspectos da dinâmica da economia local. No entanto, não eram objetivos destas obras discutir “história das operárias”. Ao analisar as fichas dos operários dos períodos de 1930 a 1940 identificamos cerca de 200 operárias. Neste artigo analisou-se uma amostra de quatorze fichas de funcionárias contratadas entre as décadas de 1920 a 1940. Onde identificou-se que oito operárias ocupavam cargos de “Tecerãs” enquanto seis de “Operárias da Fiação”. Ainda constatou-se que duas delas foram admitidas como “Operárias da Fiação” e depois foram promovidas ao cargo de “Tecerãs”. Foi observado ainda que os salários das tecerãs foram discriminados nas fichas como: “salário: taxas diversas por metro de tecido s/ produção e 25% adc<sup>7</sup>.” E o salários das “Operárias da Fiação” variavam “entre 1\$ 200 a 1\$ 500 diários mais 25% adc<sup>8</sup>.” O que indica que os salários das operárias estariam condicionados a quantidade de produção alcançada por cada uma delas<sup>9</sup>.

As mulheres analisadas tinham uma média de 13 a 19 anos, no período em que foram contratadas. Apenas uma operária contratada para o cargo de tecerã tinha, no ano em que foi admitida (1921), 32 anos. Ao serem questionadas quem seriam seus beneficiários em caso de acidentes de trabalho, cinco delas responderam que seriam “seus pais”, as outras cinco responderam “sua pessoa” e, as quatro restantes não foi possível identificar, devido ao estado de conservação das fichas. Estes dados demonstram que elas não tinham filhos ou cônjuges<sup>10</sup>, portanto se tratavam de moças solteiras e assim teriam que habitar o pensionato para moças denominado de Convento. Este, por sua vez, possuía um regulamento que determinava o seguinte:

1º O pensionato das operárias mantido pela fábrica de Biribiri, é destinado a receber moças de família que não residem em Biribiri e que trabalhem na fábrica. 2º Desde que entre na fábrica e passe a morar no Pensionato, a operária fica sujeita ao presente regulamento, no seu cumprimento não podendo alegar desconhecimento do seu conteúdo em caso de qualquer irregularidade. 3º Não é obrigatório morar no pensionato nem tomar refeições no refeitório da fábrica, podendo a moça residir em outras casas de operários da fábrica desde que tenha bons costumes e boa moral. 4º Caso a operária deseje transferir do Pensionato para casa, de um operário deverá trazer uma autorização do Pai ou responsável cessando assim toda a responsabilidade do pensionato para com a moça. 5º As moças que habitam o Pensionato, ficando sobre a responsabilidade do mesmo deverão ter boa moral, bons costumes, procedimento irrepreensível, e o máximo de respeito para com a encarregada geral [...]. A gerencia, Biribiri (REGULAMENTO DO PENSIONATO DAS OPERÁRIAS DE BIRIBIRI, 1950).

O gênero, conforme Simone de Beauvoir é tudo aquilo que foi construído sobre os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres. É ele que define os comportamentos de

<sup>7</sup> Fonte: 08 FICHAS DE REGISTROS DOS EMPREGADOS DAS FÁBRICAS DE BIRIBIRI (1930/1940) – Arquivo morto da Fábrica Estamparia São Roberto – Gouveia/MG.

<sup>8</sup> Fonte: 06 FICHAS DE REGISTROS DOS EMPREGADOS DAS FÁBRICAS DE BIRIBIRI (1930/1940) – Arquivo morto da Fábrica Estamparia São Roberto – Gouveia/MG.

<sup>9</sup> Temos aí outra tendência do capitalismo o incentivo ao aumento produtivo.

<sup>10</sup> Fonte: 14 FICHAS DE REGISTROS DOS EMPREGADOS DAS FÁBRICAS DE BIRIBIRI E SÃO ROBERTO (1930/1940) – Arquivo morto da Fábrica Estamparia São Roberto – Gouveia/MG.

feminilidade e masculinidade (BEAUVOIR,2009). Contudo, os termos, *bons costumes* e *boa moral*, utilizados no regulamento citado acima indica a ideia de que o papel social da mulher seria determinado no espaço privado enquanto o do homem no público (BORGES,2013).

Para a pesquisadora Nicole-Claude Mathieu:

As sociedades humanas, como uma notável monotonia, sobrevalorizam a diferenciação biológica, atribuindo aos dois sexos funções diferentes (divididas, separadas e geralmente hierarquizadas) no corpo social como um todo. Elas lhe aplicam uma “gramática”: um gênero (um tipo) “feminino” um gênero “masculino” ao macho, para que se torne um homem social. O gênero se manifesta materialmente em duas áreas fundamentais: 1) na divisão sociosexual do trabalho e dos meios de produção, 2) na organização social do trabalho de procriação, em que as capacidades reprodutivas das mulheres são transformadas e mais frequentemente exacerbadas por diversas intervenções sociais (Mathieu, 2009, p.223)

Chris Wrigley, ao analisar sobre as continuidades no trabalho e no status das mulheres desde o final do século XIX no contexto industrial europeu e americano, traz a baila, que o trabalho das mulheres nas fábricas têxteis e em algumas outras atividades industriais, durante os séculos XIX e XX, foi definido como alternativo ao serviço doméstico. Ao citar como exemplo o testemunho de um sindicalista apresentou que o pagamento menor para tarefas desenvolvidas por mulheres se justificou pela diferenciação dos sexos como a de que “um homem coloca seus próprios cilindros de tear, carrega para fora as peças acabadas e inicia seu próprio tear, tarefas que não são exigidas da mulher” (WRIGLEY, 2006, p.182). Assim, o trabalho feminino foi determinado não só pela diferenciação sexual e de gênero como também pela diferenciação salarial.

Notamos que na Fábrica de Tecidos do Biribiri as funções “Tecelãs” e “Operárias de Fiação” seriam compreendidas como modelos de trabalhos femininos. As justificativas para o ingresso destas mãos de obra na fábrica foram várias. Para Fernandes (2005) o ingresso de mulheres na Fábrica está ligado a um caráter assistencialista empreendido pelo Bispo Dom João Antonio dos Santos quando fundou a fábrica. Para Machado Filho (1980) e Martins e Martins (1993) consistiria em gerar empregos para as moças órfãs do Colégio Nossa Senhora das Dores.

No entanto, o que percebemos foi que Diamantina/MG tinha problemas sociais como: descendentes de ex-escravos que não foram integrados na sociedade após o fim da escravidão. Morley (1998,p.127), por exemplo, informa-nos que sua avó sempre se queixava “que a Lei de Treze de Maio serviu para dar liberdade a todo mundo menos a ela, que ficou com a casa cheia de negros velhos, negras e negrinhos”. Negros estes, que com certeza ficariam ociosos. Para French (2006, p.24) “ a disciplina do chicote de ontem foi transformada na penúria, na pressão, na dificuldade de ganhar o nosso pão cotidiano”. Assim, a fábrica do Biribiri representaria para população pauperizada uma possibilidade de mobilidade social.

As quatorze fichas que analisamos informam-nos que as moças provinham de regiões como: “Pinheiro, Inhahy, Curumatahy, Extração, Couto Magalhães<sup>11</sup>, entre outras. Tais regiões pertenciam a zona rural de Diamantina/MG. Isto reforça a hipótese de que grande parte das funcionárias seriam de famílias dos agregados que trabalhavam nas fazendas locais do entorno diamantinense. Portanto, o trabalho na fábrica, embora poderia ser a

---

<sup>11</sup> Idem

extensão do trabalho doméstico, seria também para elas uma possibilidade para de sair da condição social em que estavam inseridas. Contudo, ao que tudo indica elas sairiam do domínio paterno dos pais e entrariam no domínio vigilante da Vila Operária.

### **Considerações finais**

A fundação da Fábrica de Tecidos do Biribiri em 1876 representou um momento transitório das relações de trabalho em Diamantina/MG. A mão de obra escrava foi passando gradativamente à assalariada. Contudo, veio à necessidade do disciplinamento desta que ocorreu através do *controle e vigilância* da Vila Operária. Além disto, adotou-se neste espaço, uma quantidade de mão de obra feminina superior ao número de mão de obra masculina.

Pode-se observar que a adoção da mão obra feminina no espaço fabril ocorreu, conforme a literatura abordada neste artigo, de forma proposital. Ou seja, justificava-se a necessidade de empregar mulheres para ajudá-las, mas na realidade elas representariam mãos de obra baratas. Além disso, seriam passíveis de *assujeitamento podendo representar corpos dóceis e úteis*. Na Fábrica de Tecidos de Biribiri o emprego de mulheres foi justificado num primeiro momento como necessidade de empregar as moças órfãs após o fim dos estudos no Colégio Nossa Senhora das Dores. Contudo, a pesquisa em andamento conduz-nos a acreditar que nos períodos de 1920 a 1940 as moças e senhoras que aturam em Biribiri pertenciam, em sua maior parte, às famílias de agregados das fazendas locais.

Além disso, observou-se ainda que a Vila Operária da Fábrica de Tecidos de Biribiri representou um espaço de controle e vigilância, cujo propósito seria a disciplina visando à produtividade. Contudo, cabe ressaltar que o modelo de vila operária adotado neste espaço se assemelhava a outros modelos existentes na Europa (PERROT, 2011) ou nas demais incipientes indústrias mineiras (CARDOSO, 1987; GIROLETTI, 1991).

Por fim, este artigo apresentou parte da história das mulheres operárias que atuaram na Fábrica de Tecidos de Biribiri. Mulheres estas que contribuíram como agentes determinantes no processo de desenvolvimento da indústria local. Trata-se de um estudo que continua em andamento, assim por ora, considera-se que tais mulheres representaram mais que um *apêndice da história*, elas foram protagonistas. Por isto, a atuação delas nesta fábrica merece ser analisada.

## Fontes

FICHAS DE REGISTROS DOS EMPREGADOS DAS FÁBRICAS DE BIRIBIRI (1920/1940) – Arquivo morto da Fábrica Estamparia São Roberto – Gouveia/MG.

IMPRESSOS DIVERSOS (REGULAMENTOS DO PENSIONATO, ESTATUTO DA FÁBRICA, LIVROS DE CONTABILIDADE CARTAS E ANOTAÇÕES – DE 1930 A 1960) – Arquivo do Museu Alexandre Mascarenhas – Contagem/MG e Arquivo da Estamparia S/A Rômulo Franchini – Diamantina/MG.

MANUSCRITOS GERAIS (ALMANAQUES, LIVROS DE PIEDADE, ATAS DE REUNIÕES DA ASSOCIAÇÃO FILHAS DE MARIA DA SANTA IGREJA DO BIRIBIRI, (1930 A 1940)) – Arquivo morto da Antiga Fabrica do Biribiri (Situado no antigo pensionato para moças na Vila do Biribiri – Diamantina/MG).

## Referências

ARMONIMO, Luciana, NEVES, Osias Ribeiro. **Tecendo memórias: a história da Estamparia**. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 2.Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. Vol. 1 e 2.

BORGES, Kátia Franciele Corrêa Borges. **Santa, esposa-mãe e professora**. Montes Claros, MG, Unimontes, 2013.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. Tradução Klaus Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer, Roberto Ferreira Leal. – 3ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco Cardoso. **Tramas e fios: a fábrica têxtil em Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1986.

CHALLOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2º ed. – Campinas/SP: Editora da Unicamp.

GIROLETTI, Domingos. **Fábrica, convento e disciplina**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

FERNANDES, Antônio Carlos. **O turíbulo e a chaminé: A ação do bispado no processo de constituição da Modernidade em Diamantina (1864-1917)**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: Continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno. In: LIBBY, Douglas Colle e FURTADO, Junia Ferreira, Orgs. **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX.** São Paulo: Annablume, 2006, p. 97 a 110.

MACHADO FILHO, Aires da Mata (1909). **Arraial do Tijuco, cidade de Diamantina.** 3 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

MARTINS, Júnia M. Lopes; MARTINS Marcos Lobato. **O Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina e a educação feminina no norte/nordeste mineiro (1860-1940).** In: Revista Educação. Belo Horizonte: s/e, nº17, junho, 1993.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e Gênero. In: **Dicionário crítico do feminismo.** Helena Hirata [et al ] (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP, 2009. P. 222-231

MORLEY, Helena. **Minha vida de menina.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892).** Brasília: Editora Universidade de Brasília; FINATEC, 2003.

PERROT, Michelle. **História dos quartos.** Tradução Alcida Brant. São Paulo Paz e Terra, 2011.

VENANCIO, Giselle **Martins. Lugar de mulher é... na fábrica; Estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934).** História: Questões & Debates, Curitiba, n. 34, p. 175-200, 2001. Editora da UFPR.

WRIGLEY, Chris. Continuidades no trabalho e no status das mulheres desde o final do século XIX. In: LIBBY, Douglas Colle e FURTADO, Junia Ferreira, Orgs. **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX.** São Paulo: Annablume, 2006. p. 177-191.